

## PECUÁRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA EM RORAIMA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Raimundo Nonato Gomes dos Santos

Professor do Deptº. de História da UFRR/Doutorando em História Social pela PUC-SP

rnonatog@uol.com.br

Este texto é um primeiro esforço no sentido de pensar a pecuária enquanto traço de uma memória marcante na identidade do povo roraimense, relacionada, mais especificamente a um grupo da elite social local, que conforme penso, a alimenta com o objetivo de manter seu *status quo*, visto que, tal memória nos remete aos considerados pioneiros, ou seja, aos indivíduos que se consideram membros ou descendentes das famílias tradicionais ou que se identificam por algum motivo com essas.

Conforme Angela de Castro Gomes, a categoria cultura política tem sido entendida como: "um sistema de representações, complexo e heterogêneo", mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar". (2007, p. 47-48).

Esta perspectiva me remete a Roger Chartier, para quem a história cultural "tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler". (1990, p.16-17). O objetivo deste texto é pensar a representação que a pecuária ganhou no imaginário da elite social roraimense, nas décadas de 1970 e 1980. Sabendo que sua construção não está restrita aos quadros de um único grupo, logo não pode ser concebida enquanto uma iniciativa específica das "famílias de pioneiros" locais, mas como uma atividade que envolveu diferentes atores sociais, entre eles, políticos, empresários, bem como, a sua elite intelectual.

Mesmo compreendendo que existiu uma diversidade de culturas política em Roraima como em qualquer outra sociedade, acredito que pensar a memória da pecuária nos conduz a refletir sobre a elite política local, ou seja, sobre uma cultura política dominante que procura se impor nesse espaço, nesse período.

Trata-se, portanto, de uma leitura de fontes produzidas na década de 70 e 80

procurando compreender nas mesmas a importância da pecuária na construção do passado que se desejou incorporar a memória coletiva local. Pensado em termo de uma identidade roraimense, estou tomando à pecuária como um traço desta identidade que a sociedade local retirou do passado e trabalhou enquanto uma herança de todos, pois é vista como um passado histórico comum.

Neste sentido, este texto está preocupado com a produção de uma memória histórica que possa ter se revestido em cultura política, colaborando para legalizar no poder um grupo vinculado aos pioneiros, as famílias tradicionais, ao mito da pecuária enquanto fundante da história local. Em outras palavras, o texto coloca em discussão a memória da pecuária em Roraima, procurando compreender o seu papel na produção de lugares de privilégios, que coloca na posição de destaque, indivíduos associados a um projeto comum e específico, em detrimento dos demais.

As décadas de 70 e 80 foram significativas tanto para processo histórico, quanto para a historiografia roraimense. A sociedade passava por acontecimentos significativos: a abertura da BR-174 que liga, por terra, Boa Vista a Manaus; houve a descoberta de grandes garimpos de ouro o que proporcionou um intenso processo migratório para a região; consolidou-se no estado a organização do movimento indígena; e houve a mudança de Território Federal para estado de Roraima com a Constituição de 1988. Quanto à historiografia, este período desperta o interesse dos memorialistas locais, surgem duas publicações sobre a história de Roraima e a pecuária aparece como natural nas atividades exercidas pelo homem na região, por sinal, mito fundador de Boa Vista, capital e principal cidade do Estado.

Este período, mais que qualquer outro, parece ter exigido dos "pioneiros" a produção de uma identidade roraimense, - e contribuído para fomentar o surgimento de iniciativas com este objetivo. Quanto aos registros sobre a história de Roraima desse período, no final da década de 1970 era publicado o livro: "Roraima em revista", republicado anos mais tarde com o título de "Roraima fatos e lendas" de Antônio Ferreira de Sousa, trabalho vencedor de um concurso de monografia sobre o Território Federal de Roraima realizado em 1979, e em 1986, era publicado um segundo trabalho de um filho da terra, roraimense associado às famílias de "pioneiros" da região, Durval de Magalhães, com o título de: "Roraima: informações históricas", ambos os trabalhos foram produzidos com pretensão de seu uso como material didático.

A professora Gislene Rocha Ferreira ao fazer a apresentação da reedição do livro de Ferreira de Souza, comenta que: "os governos do Território Federal de Roraima e demais órgãos locais, vinha se ressentindo de um compêndio para fonte e consulta sobre este território". Deduz-se daí que se tratava de um trabalho pioneiro, já esperado e que tinha de anti-mão um espaço prático a ocupar no meio intelectual, político e educacional roraimense. Dessa forma, o relato da professora aponta para a comunhão de interesses que converge para a união de dois setores da sociedade local, de um lado o político e do outro, o intelectual. Era o trabalho de um professor de história que conforme a professora Gislene: "atingiu plenamente o 'alvo desejado'", ou seja, entrou em sintonia com os anseios das elites locais.

O referido trabalho "Roraima em revista" ou "Roraima fatos e lendas", como próprio nome mostra, tem como foco central o Território Federal de Roraima, uma unidade territorial da federação brasileira, uma pequena parcela da considerada sociedade brasileira e uma entidade política. Acredito que é este ente político enquanto objeto central do trabalho que, acima de tudo, dá veracidade ao texto não só de Ferreira de Souza, de Durval de Magalhães e de outros memorialistas locais como também de vários pensadores acadêmicos, pois é falando do sujeito "Roraima" que suas narrativas ganham sentido.

Nos capítulos iniciais de sua obra, Ferreira de Souza "desenha" o objeto, trabalha o seu corpo físico mostrando suas características, visto que, eles versam sobre a área geográfica, ressaltando o tamanho em quilômetros, seu tamanho relativo a outros estados da federação brasileira, sua posição geográfica, sua divisão administrativa e política, sua denominação, seus limites, sua economia, sua fauna e a flora. Estas temáticas iniciais do livro tornam visível o objeto da pesquisa, que é "Roraima", sujeito descrito, que acima de tudo, dá sentido a história narrada pelo autor.

Dado o sujeito, pode-se a partir daí pensar a sua história, o que quase sempre começa com a sua origem. Neste ponto, acredito que Ferreira de Souza tem o mérito de iniciar, de forma bem mais elaborada, a construção de uma memória da pecuária como mito fundante dessa região. Dessa forma, os "campos gerais", título de um capítulo do livro, além de embelezar "a terra com uma paisagem verde", são "sem preparo nem trabalho algum, próprios para a criação de gado bovino, caprino e ovino, (...)." (1979, p.9). Pois é:

Nessa planura, numa altitude quase uniforme, entre os 140 a 160 metros, excetuando a parte mais ao norte, já no sopé das montanhas, como já dissemos, a cobertura vegetal é uma, gramínea que, em volta dos lagos e dos buritizais, ou na periferia dos igapós, representa a alimentação preferida pelo gado que aí se encontra desde o Século XVIII. (SOUZA, 1979, p.9).

Percebe-se na citação acima, que a harmonia entre bois e vegetação é inteiramente natural, onde os próprios animais denunciam os propósitos da natureza, gado e pasto do lavrado foram feito um para o outro. Procurando identificar a origem da construção dessa memória na própria escrita de Ferreira de Souza, após relacionar alguns visitantes ilustres que estiveram na região, comenta:

A todas essas figuras de conquistadores, aventureiros, missionários, sertanistas e predadores de índios, dos Séculos XVII e XVIII, avanteja-se a do Cel. Manuel da Gama Lôbo d'Almada. Porque, além de ter sido Governador da Capitania de São José do Rio Negro e do Rio Branco, muito mais se distinguiu estudando a geografia física, a fauna e a flora da bacia do rio Branco, no interesse da caracterização rigorosa dos nossos limites com as chamadas 'terras dos espanhóis', levando-lhes à cartografia, relacionando-lhes as possibilidades materiais, também dignas de definição econômica, (...). É que Lôbo d'Almada anteviu na beleza do manto verde configurado pelos lavrados e savanas riobranqueneses, as possibilidades de uma colonização, baseada nas atividades pastoris (SOUZA, 1979, p.17).

Na página seguinte a esta citação, diz ele:

A era almadina, (...), se resultou do seu patriotismo, da sua inteireza de caráter, da sua clarividência, da sua intimidade com os problemas da terra e do homem, muito deveria, entretanto, ao gênio científico do nosso patricio Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, com quem privava, e através das experiências objetivas e das abalizadas conclusões deste, no campo da botânica, da zoologia, da etnografia, da medicina, da agricultura, e graças àquela Viagem Filosófica que o naturalista empreendera desde a Ilha de Marajó, na embocadura do grande RIO DAS AMAZONAS, até às selvas e campos do Rio Branco. (SOUZA, 1979, p. 18).

Manuel da Gama Lobo D'Almada, foi um português que veio para Amazônia em 1769, foi militar e governou a capitania de São José do Rio Negro entre 1787-1799, este é considerado o introdutor da criação de gado bovino e equino no vale do Rio Branco.

Com estas duas citações o autor abre espaço para dois tipos de observação. De um lado, conforme uma citação já mostrada acima, não era necessário nenhum estudo

ou indivíduos de uma intelectualidade elevada e de boa índole para compreender, o que já estava naturalmente dado, visto assim, o autor perdeu tempo ressaltando as grandes habilidades do Coronel, se o próprio instinto animal já denunciava a região enquanto destinada a atividade pastoril, logo isto, não requeria nenhum homem engenhoso do tipo do estadista e geógrafo Coronel Lobo D'Almada assessorado por um gênio científico da época para compreendê-la.

Entretanto, o autor abre senda para outro encaminhamento muito mais complexo da questão, e o esboço de algo que parecia ter uma origem tão regional, tão específica de uma pequena elite local, agora do final do século XX, toma uma dimensão histórica muito mais abrangente, coloca na sua construção engenheiros de um tempo bem mais distante, pessoas que participaram da construção do processo de colonização do mundo pelo Europa, o que deu base ao chamado mundo moderno.

Conforme as citações, tratava-se de um estudioso da geografia física, da fauna, da flora, da cartografia, homem de visão econômica e acima de tudo fundamentado em experiências objetivas e conclusões abalizadas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, gênio científico no campo da botânica, da zoologia, da etnografia, da medicina, da agricultura e que empreendeu viagem a região a serviço da Coroa Portuguesa enviado por D. Maria I. Dessa forma, por mais que a natureza denunciasse a objetividade das coisas, era necessário a voz do especialista tão afeito ao mundo moderno, para torná-la realmente verdadeira e aceita como tal.

Em seu trabalho o Coronel Lobo D'Almada ganha destaque por dois motivos. Em primeiro lugar é colocado como o estudioso de maior conhecimento sobre a região, no século XVIII, pois foi esse "Geógrafo lusitano que, no desempenho de missão importante, em 1787, palmilhou a hinterlândia roraimense em toda sua área campestre. Examinou a fauna e a flora, especialmente as gramíneas que revestem os seus campos naturais. (...)". (SOUZA, 1979, p. 27). E que conforme o autor, com o resultado dessas observações apresentou um trabalho intitulado "Plano Geografia do Rio Branco, seus Afluentes e Cabeceiras do Rupununi". Dessa forma, Lobo D'Almada é lembrado no primeiro momento, como o primeiro indivíduo a estudar minuciosamente a região do rio Branco. Em segundo lugar pelo fato dos seus estudos não terem sido em vão, pois foi ele próprio já na posição de Governador da Capitania de São José do Rio Negro, em 1789, que "ao dispersar um núcleo espanhol que se firmava com idéias de posse, às

margens do rio Solimões, (...), arrebatou algumas reses por eles abandonadas na fuga e trouxe-as para os campos do rio Branco. Fundando aqui a primeira fazenda de gado (...)." (SOUZA, 1979, p. 27). Dessa forma, ele não só estudou, mas aplicou os seus estudos, instalando uma fazenda de gado nos campos do rio Branco, local que, conforme seus estudos indicavam adequados para essa atividade.

Apoiado em Robert Muchembled, afirma Zigmunt Bauman que no "processo civilizador" o principal fator cultural no surgimento da modernidade, constituiu sobre tudo, de uma "dessincronização cultural" entre as elites e as massas. (ZIGMUNT, 2003, p. 139). Dessa forma, enquanto estes últimos, os dominados foram definidos em termos de sua ignorância, irracionalidade, brutalidade as elites ou dominadores definiam o seu próprio modo de vida, como: cultivada, refinada, polida, civilizada e, por isso, superior.

Conforme Bauman, a elite havia dividido a sociedade mais que em dois grupos sociais, visto que uma terceira categoria: os missionários, os mestres estavam destinados a refinar, civilizar e ilustrar as massas. (2003, p. 139). Tomando essa afirmação no contexto em evidência, imagino esses intelectuais agindo no cultivo da vida local, orientando as faculdades racionais na Amazônia e reforçando a união entre o Estado, o poder e os intelectuais do final do século XVIII, e que agora nas décadas de 1970-80, aquelas experiências eram retomada no texto de Ferreira de Souza na produção e reprodução da realidade do seu período. Em outras palavras são as orientações que construíram o mundo moderno do século XVIII que estão sendo reproduzidas no final do século XX, com o objetivo de dar um novo acabamento a uma construção antiga. Na versão atualizada, o gado, como marco na história de Roraima, vai deixando os seus lugares de memória, pois conforme Ferreira de Souza:

Quase tudo aqui em Roraima gira em função da indústria pastoril. A pecuária foi o primeiro chamariz para a colonização das campinas roraimense. O boi vem sendo o maior sustentáculo da economia regional. A cidade de Boa Vista, Capital do Território, teve sua origem na fazenda de gado fundada em 1830 pelo Capitão Inácio Lopes de Magalhães e ainda hoje conserva o mesmo nome da antiga fazenda. A outra cidade roraimense, Caracarái, foi implantada no local de um antigo curral de boi, do Coronel Bento Brasil, destinado ao reembarque de gado para Manaus. As duas primeiras ligações por terra Manaus-Boa Vista não foram feitas para o tráfego de veículos, simplesmente porque em 1893 e 1927 ainda não os havia na região. As famosas picadas foram feitas para conduzir as boiadas daqui para lá. Uma das maiores festas populares de Boa Vista é a exposição de produtos econômicos do Território, onde o boi concentra as melhores atenções do povo, atraindo para a cidade o homem rural de todos os quadrantes da gleba. (SOUZA,

1979, p. 29-30).

Nesta perspectiva, o gado foi produzindo os principais traços da memória roraimense, tendo entre seus marcos Boa Vista, primeira cidade de Roraima e espaço que sempre abrigou o poder político da região. Também é marco desta construção a segunda cidade a surgir em Roraima, Caracará que, assim como as primeiras estradas, está relacionada ao transporte do gado, do seu lugar de produção, ao seu lugar de consumo, visto que esta "foi implantada no local de um antigo curral de boi, do Coronel Bento Brasil, destinado ao reembarque de gado para Manaus. (SOUZA, 1979, p. 30). E, para além dessa significação mais material, mais formal, o boi aparece no momento mais feliz dos habitantes da região, momento em que esta comunidade produz grande festa. Desse ponto de vista, o gado preencheu quase todos os aspectos da vida local e acima de tudo, posso dizer, foi capaz de produzir uma base sólida, ao fixar indivíduos e famílias a espaços físicos.

Com relação ao segundo autor, Durval de Magalhães, filho de pioneiros, - seu trabalho entra mais especificamente na história de Roraima, lembrando as primeiras visitas a região feita pelos portugueses, afirmando que elas estavam ligadas a busca de "drogas do sertão", captura de nativos, catequese de indígenas, lembrando que os portugueses só se interessaram em ocupar de forma definitiva a região, quando souberam da presença de espanhóis. "Esse episódio serviu, contudo, para que o General João Pereira Caldas, governador do Grão-Pará, tomasse as providências para fortificar e povoar a região, (...). Vem dessa época a preocupação de povoar a região com gado bovino". (MAGALHÃES, 1986, p. 18).

Quanto à decisão de implantar o gado nos campos do rio Branco, citando Arthur César Ferreira Reis, relata o autor: "Pereira Caldas, nos desvelos que lhe assinalaram a passagem pelo território amazonense, tinha projetado a introdução dos gados no vale prodigioso, (...). Obrigações de várias naturezas lhe haviam impedido a execução do propósito. O problema permanecia sem solução". (MAGALHÃES, 1986, p. 18). É nesse desencontro que aparece a figura de Lobo D'Almada que:

Explorando o vale do rio Branco, por ordem do Governo, em 1787, Lobo D'Almada percebeu o valor daquelas campinas verdejantes que se estendem até os contrafortes guianos. Aliás, o próprio Pereira Caldas, nas instruções com que o despachara àquela missão, lhe chamava a atenção para elas,

mostrando a conveniência do estabelecimento de fazendas de criação. (MAGALHÃES, 1986, p. 18)

Mas finalmente, por força das circunstâncias:

Lobo D'Almada, em visão de estadista, deu então o passo econômico. Mandou adquirir novilhas e vacas em Moura e Carvoeiro, pagas à sua custa as despesas de transporte e fundou à margem direita do rio Branco, a fazenda de São Bento com dezenove exemplares, a que juntou, 1793, as tomadas aos espanhóis em Tefé, quando dali os expulsou. (MAGALHÃES, 1986, p. 18).

Como o próprio autor afirma, "a introdução do gado no vale do rio Branco" foi o que ficou "para eternizar-lhe o nome" de Lobo D'Almada. Ver-se assim, reconfigurada a divisão dos méritos pela ocupação dos campos do rio Branco, entre os estadistas do século XVIII, mas tanto para Ferreira de Souza quanto para Durval de Magalhães, o gado mantém o traço central nessa memória. Para Magalhães, o forte de São Joaquim e a atividade pastoril surgiram juntas. (1986, p. 19). Nos trabalhos dos dois autores, fica excluída uma etapa do processo de colonização dos campos roraimenses que se manifestaram no esforço dos portugueses em aldear os indígenas, experiência que fracassou em definitivo em 1790, com uma rebelião dos nativos. (FARAGE, 1991).

Uma característica da obra de Magalhães são os tópicos curtos, entre estes, com menos de meia página e em uma sequência, estão nas páginas 58 e 59: "A vocação para a pecuária", "As primeiras famílias", "Fundação de Boa Vista e a primeira fazenda" e "Árvore genealógica de Inácio Lopes de Magalhães: inacianos de Roraima", este tendo como ilustração uma foto da família. O primeiro tópico ressalta o espaço físico, cenário das ações colonizatórias que são os campos do rio Branco: "A notável pradaria de Roraima, a perder-se de vista, ditou, sem dúvida, a vocação pecuária regional, (...)". No segundo, destaca os agentes da colonização, as famílias "pioneiras" de Roraima, começando pela do próprio autor:

Inácio, Domingos e Manoel Lopes de Magalhães; Bento Ferreira Marques Brasil, João Capistrano da Silva Mota e Alfredo Venâncio de Souza Cruz foram os pioneiros representantes das respectivas famílias a chegarem ao antigo município de Boa Vista do Rio Branco, ao tempo em que esta unidade pertencia ao Estado do Amazonas, constituindo-se, por isso, nos autênticos pioneiros da região. (MAGALHÃES, 1986, p. 58).

Conforme esta citação, pela ação inaugural, fato de serem os primeiros

indivíduos a chegarem a região, torna suas famílias nos "autênticos pioneiros da região". O passo seguinte no terceiro tópico é descrever o motivo que os coloca em posição de destaque:

Graça à imensidão de seus campos naturais, onde bonitos buritizais serpenteiam-nos diversos cursos d'água, que resistem, vigorosamente, aos períodos de verão, Roraima sempre foi um convite à pecuária.

Face a esta particularidade, Inácio Lopes de Magalhães aqui fundou, em 1830, a primeira fazenda particular de gado bovino, denominada Boa Vista, cuja sede era no local em que hoje se encontra o bar Meu Cantinho, de Esmeraldino Figueiredo.

Deve-se, portanto, a esse cearense, a designação de Boa Vista e, ao mesmo tempo, a criação da primeira fazenda particular, de vez que já existiam as três fazendas do Rei: São Marcos, São Bento e São José. (MAGALHÃES, 1986, p. 59).

Estes relatos praticamente esquece a história do século XVIII com todos seus personagens. Pois no século XIX, em lugar de Lobo D'Almada, de Pereira Caldas e outros personagens do passado, entram os filhos das famílias Magalhães, Brasil, Mota, Cruz. O autor trabalha uma nova fundação, trata-se do mesmo lugar, mas de outro tempo e de novas personagens.

As memórias que estes relatos suscitam não podem ser vistas como algo aleatório, mas sim, produzidas dentro de determinados contextos, e, portanto, presas ao momento histórico em que são produzidas. A pecuária foi introduzida na região do rio Branco com a instalação da fazenda São Bento em 1787, a primeira de três fazendas estatais, fundadas na região ainda no século XVIII, as chamadas Fazendas Reais: São Bento, São José e São Marcos.

Introduzida por uma iniciativa oficial, visando integrar a região ao mercado interno colonial, a pecuária só atraiu os civis para a região nas últimas décadas do século XIX, com a expansão da atividade de coleta da borracha na Amazônia. (SANTILLI, 1994, p. 18-20). A partir de então, a pecuária se tornou a atividade econômica de maior importância em Roraima, entrando em declínio no final da década de 1910, juntamente com a coleta da borracha no Amazonas. Esta situação permaneceu até 1950, com a intercalação de curtos períodos de ascensão e instabilidade, quando finalmente se reinicia o processo de ascensão. (RODRIGUES, 1996, p. 7-8).

Em trabalho publicado em 1957, pelo geógrafo Antônio Teixeira Guerra, fala que as duas principais atividades econômicas praticadas no alto rio Branco eram a

pecuária e a extração de diamantes e que, "Estas duas atividades econômicas embora praticadas rotineiramente constituem os únicos agentes de uma economia de incerteza, regulando a prosperidade e a decadência de uma região que vive ainda no ciclo primitivo das aventuras financeiras". (1957, 165). Portanto, bem junto à década de 1960, ainda se tratava de uma atividade tradicional dos campos do rio Branco, praticada com técnicas rudimentares, com perspectivas reduzidas de desenvolvimento e pouco atraente para novos investidores.

No início do governo do General Ernesto Geisel é enviado para o Território Federal de Roraima o Coronel Fernando Ramos Pereira, que toma posse em abril de 1974. Seu governo seguiu fielmente o plano do governo federal, cujo lema era ocupar para desenvolver e integrar; trabalhou obstinadamente pela construção de uma hidrelétrica na região, pela construção de estradas, pontes, rodoviária, meios de comunicação, no seu governo foi também implantada a televisão no Território, além de emissoras de rádio e de televisão, enfim, procurou dar uma infra-estrutura moderna para o desenvolvimento da região.

Mas, talvez, pela ausência de outros parceiros do ramo da indústria e de novas tecnologias mais adequados a um projeto moderno, os esforços se voltaram para as atividades tradicionais, mais especificamente para a agropecuária. A política do Governador envolveu uma forte preocupação com este setor, com o assentamento de colonos em agrovilas, a produção de arroz ganhou destaque, construiu um distrito agropecuário. O ano de 1975 parece ter sido promissor para a pecuária:

Produtores de Roraima: continuemos firmes, lado a lado, perseguindo este objetivo básico para o progresso e a prosperidade do nosso Território, que é o desenvolvimento da pecuária. Unidos neste ideal, o Governo e o homem do campo, haverão de consolidar as conquistas já alcançadas e prosseguir, atingindo, num amanhã muito próximo, a posição de destaque destinada a Roraima, dentro do cenário agropecuário nacional. (JORNAL BOA VISTA, 01/01/1976, p. s/n, 2º caderno.)

Esta citação é parte do discurso que o Governador Ramos Pereira encerrou a XV Exposição-Feira Agropecuária de Roraima, a primeira internacional. Já em uma manchete de 19 de fevereiro de 1977, o jornal do Governo fazia uma espécie de balanço sobre a pecuária: "Nos últimos anos, a pecuária roraimense tem crescido de forma promissora em quantidade e qualidade, graças às medidas governamentais de âmbito

nacional e territorial, voltadas para o amparo do mais importante setor de nossa economia". (JORNAL BOA VISTA, 19/02/1977, p. 6).

As reportagens no jornal oficial davam grandes destaques a este setor da produção: visita dos pecuaristas roraimenses aos principais estados produtores de gado; a busca de novas técnicas; a aquisição de matrizes e reprodutores; exposições anuais; fiscalização e comercialização de vacinas; vigilância quanto a saúde do rebanho; linhas de crédito, etc. E parece que a produção acompanhou estes incentivos, uma evidência disso é um comentário registrado em uma publicação da Igreja Católica em 1990:

Contemporaneamente, assiste-se a uma mudança substancial na gestão destas propriedades. Chegam novos compradores (ricos do sul, políticos e comerciantes locais, etc.), enquanto a geração dos velhos fazendeiros é substituída por uma mais nova (entre 30 e 40 anos). Estes já pensam em termos capitalistas e querem fazer das fazendas algo de produtivo e competitivo. A racionalidade capitalista produz novos frutos: cultivo das pastagens, tratamento moderno para o gado (com vacinações periódicas, melhoramento de currais, etc.), aperfeiçoamento da raça, mecanização das fazendas. (DIOCESE DE RORAIMA, 1990, p. 10).

Pela citação percebe-se que a pecuária em Roraima passava por grandes transformações e apresentando o esboço de um novo perfil. Entretanto, se o governo de Ramos Pereira foi promissor para o desenvolvimento da pecuária, por outro lado, foi um período em que a sociedade roraimense foi marcada pelo medo de uma invasão em massa com a proximidade da abertura da BR-174, ligando Boa Vista a Manaus.

Em julho de 1974, um trecho dos discursos do Governador do Território dizia: "A aproximação célere da ligação a Manaus, pela rodovia, a qual provocará incontrolável invasão de terras, desde que o governo não tenha previamente se preparado para o grande evento da comunicação pela estrada". (JORNAL BOA VISTA, 27/07/74, p. 4). E em janeiro de 1976, em uma viagem realizada ao noroeste do Estado comentava Ramos Pereira que: "O Noroeste de Roraima ainda é um ilustre desconhecido. Até quando? A abertura da BR-174, ligando Boa Vista a Manaus, e a Perimetral Norte vão provocar irresistível demanda aquelas terras belas e ricas. Estamos preparados para isso?" (JORNAL BOA VISTA, 17/01/1976, p. 7). Podemos perceber que a perspectiva da chegada de novos migrantes incomodava a ordem local, aponto do governador estar manifestando em seus discursos.

Por outro lado, imagino que a principal ameaça a sociedade local da época, já

tinha suas bases fixadas na região, e já se manifestavam nos movimentos ecológicos e indígenas fazendo a região amazônica entrar no foco das atenções, ao jogar luz em espaços que se mantiveram até então desvinculados de olhares mais críticos, agora se buscava saber o que produziam, como produziam e como viviam os amazônidas. Esta mudança começava a inquietar boa parte das elites regionais, que até então reinavam ao seu modo, livres dos olhares mais distantes. É dentro deste contexto histórico que situo os relatos produzidos por Ferreira de Souza e Durval de Magalhães.

Nesta perspectiva é interessante pensar os dois primeiros capítulos do livro "Roraima: Informações históricas" de Durval de Magalhães: "Encontro de culturas" e "Antiga Visão". Neles o autor parece dialogar com os ambientalistas e, mais especificamente, com os defensores de direitos indígenas. Afirma o autor: "Os desentendimentos ultimamente registrados entre índios aculturados e ruralistas, parecem o resultado de uma política desvirtuada da filosofia posta em prática por Nóbrega, Anchieta e Vieira e, em nossos tempos, pelo eminente Rondon". (1986, p. 11). Defende que a relação entre colonizadores e colonizados se deu de forma pacífica, apesar de condenar a escravização dos nativos, reforça o fardo do homem branco, visto que os nativos viviam longe da civilização, mas uma vez, conhecido o terçado, o machado e outros utensílios do homem branco, "não há mais força que reverta o pensamento do nativo, que passa a depender desses instrumentos, (...)". E passa a perseguir com fúria incontrolável, todos os passos para também, atingir patamares superiores. (1986, p. 12). Tomo isto com evidência de uma preocupação da elite econômica local, ligada à pecuária, ao ver a possibilidade de ruir a sua construção diante do momento da história em que viviam.

O poder simbólico do gado naquele período, se não se encontrava em crise, pelo menos vivia momentos difíceis. No segundo governo de Hélio da Costa Campos 1970-1974, foi erguida uma escultura em homenagem aos garimpeiros na praça central de Boa Vista, local onde se situa o palácio do Governo. Nesta ocasião, comenta Durval de Magalhães:

Tivemos oportunidade de dirigir-nos ao Governador (...), dizendo-lhe da nossa insatisfação, pois achamos que a homenagem, para atingir os diferentes valores, deveria ser tríplice: **Ao Índio**, que, indubitavelmente, foi o primeiro habitante da região, havendo recebido pacificamente o colono branco; **ao ruralista ou vaqueiro**, que plasmou a primeira economia regional, ainda

hoje importante; e, por fim, **ao garimpeiro**, eterno nômade e sonhador. (MAGALHÃES, 1986, p. 123).

A atitude de Durval de Magalhães expressa à evidência de uma crise da pecuária enquanto memória. Neste aspecto, ela necessitava de reparos, sob pena das famílias tradicionais perderem sua posição de destaque. Vejo as recorrências a uma memória da pecuária por parte dos memorialistas roraimenses, nas décadas de 70 e 80, como um esforço para manter em lugar de evidência as famílias de "pioneiros tradicionais", que agora, junto com os "pioneiros novos" procuravam colocar a atividade, mais uma vez, enquanto central na região, o que produziria um capital simbólico que, por sua vez, colocaria seus produtores, tradicionais e novos, em evidência e com isto, torná-los-ia mais próximos do poder, da administração pública.

Quando Ferreira de Souza coloca a vegetação dos campos do rio Branco enquanto alimento naturalmente produzido para o gado, pode-se perceber o quanto um simples relato, dependendo do contexto, pode encerrar verdades tão concretas, na qual, talvez, o próprio autor não se dê conta da dimensão de sua construção. Pois no exato momento em que esta afirmativa é declarada e aceita, coloca no esquecimento todas as construções anteriormente feitas sobre este espaço, e como sabemos os heróis da mitologia indígena ainda rondam assombrando os "brancos" na região, por sinal, forçando a retirada de fazendeiros desse território e demarcando-o enquanto área indígena, agora no século XXI. Os indígenas podem até utilizar aspectos dessa mesma construção, mas com certeza dentro de outro enquadramento.

A versão da origem do lugar de Durval de Magalhães, na primeira metade do século XIX, mostra dois pontos de inflexão. O primeiro é que o mérito pela ocupação dos campos do rio Branco, especialmente com a criação de gado bovino, são transferidos de Lobo D'Almada, de Pereira Caldas e outros personagens do século XVIII para as famílias de pioneiros. Neste caso, Inácio Lopes de Magalhães a semelhança de Lobo D'Almada, pôs em prática seus planos estabelecendo fazenda de gado nos campos de Roraima, proporcionando a sua colonização e ganhando uma posição de destaque diante dos demais indivíduos. O segundo está no fato de ações individuais, familiares e, portanto, de cunho privado ganhar uma conotação pública, ao se confundirem com uma construção coletiva na fundação da cidade de Boa Vista. Dessa forma, a cidade já nasce particularizada. Assim, no conjunto é produzida uma

memória que mescla indivíduo, família e cidade em um mesmo conjunto determinado pela pecuária.

Esta forma de compreensão abre espaço para um modelo de administração política patrimonialista, que por sua vez, dá margem para todos seus paliativos: oligarquias, paternalismo, parentelismo, nepotismo, pois tem como pano de fundo de sua legitimação, a consagração de um acontecimento inaugural, que por sua vez, é hereditário. Onde o indivíduo ao chegar primeiro a um determinado espaço; ao iniciar uma atividade, até então, desconhecida num dado local; ao apresentar uma idéia de certa relevância, até então desconhecida, ganha uma posição de destaque frente aos demais indivíduos, que por sua vez, é vitalícia e que não se esgota com sua morte, pois não só a sua família e parentes se tornam herdeiros naturalmente, mas o grupo ou grupos sociais associados aquele fenômeno, aquela atividade objeto de destaque do pioneiro. Entretanto, por mais que os pioneiros e seus historiadores orgânicos tentem sedimentá-las, não se trata de uma herança pronta, acabada, ela está em constante transformação de acordo com as circunstâncias de cada época.

Se no passado, os portugueses tinham protegido este território de invasores estrangeiros, nas décadas de 1970 e 1980, os "pioneiros" tinham que se precaverem contra uma invasão de migrantes nacionais, que podiam chegar atraídos pelo tesouro incalculável que as terras de Roraima guardavam, pois seu domínio e controle da região estava ameaçado com a abertura da BR-174. Visto assim, o espectro do eldorado, herança dos espanhóis coloniais, continuava rondando a ocupação dessa região.

### **Referências bibliográficas:**

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

DIOCESE DE RORAIMA. *Índios e brancos em Roraima*. Boa Vista: CIDR, 1990.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões, os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

GOMES, Angela de Castro. *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*. In: ABREU, Marta; SOIHET, Raquel; e GONTIJO, Rebeca (Organizadoras). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2007.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conselho Nacional de Geografia, 1957.

JORNAL BOA VISTA, 01/01/1976, p. s/n, 2º caderno.

JORNAL BOA VISTA, 19/02/1977, p. 6.

JORNAL BOA VISTA, 27/07/74, p. 4.

JORNAL BOA VISTA, 17/01/1976, p. 7.

MAGALHÃES, Durval de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1986.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **“Garimpendo” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política**. Belém, 1996. 133f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

SANTILLI, Paulo. *Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: NHII/USP; FAPESP, 1994.

SOUZA, Antônio Ferreira de. *Roraima fatos e lendas*. Boa Vista: Governo do Território Federal de Roraima, 1979.

ZIGMUNT, Bauman. **"Los intelectuales em el mundo postmoderno"**. In: Revista Críterios (34), La Habana: Casa de las Américas, 2003, p. 136-160.